

Pós-Graduação em Segurança Pública e Investigação Criminal





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Segurança Pública e Investigação Criminal	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	10
FAQ do curso	16
Diferenciais tecnológicos	17
Ingresso	18

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas**, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

**Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.**

**Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.**

**Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.**



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Felipe Alcântara
de Barros Leal**
Coordenador

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2003), Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (2012), Doutor em Direito Policial na Universidade do Porto/Portugal (2017-2022), com reconhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ingressou na Polícia Federal em 2005, como Papiloscopista Policial Federal, e, desde 2006, é Delegado de Polícia Federal, tendo já chefiado Delegacias Especializadas na Repressão ao Tráfico de Drogas/PA (2006-2007), na Repressão aos Crimes Ambientais/AP (2008-2010) e na Repressão a Crimes Financeiros/PB (2011-2012), bem como atuou como chefe do Núcleo de Inteligência em Pernambuco (2013-2014). Após, foi designado como membro do Grupo de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça (2015-2016), sendo convidado a assumir a Divisão de Contrainteligência da Polícia Federal em Brasília (2016-2017). No ano de 2020, foi designado chefe do Serviço de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, e em 2021 assumiu temporariamente a chefia do Serviço de Pesquisa e Publicações da Academia Nacional de Polícia. Nos dias de hoje, é chefe da Divisão Nacional de Repressão à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos. Representante da Polícia Federal no GAFILAT e no GAFI. Professor em Faculdades de Direito e em cursos de pós-graduação. Professor e Tutor da Academia Nacional de Polícia. Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal. Membro da Academia Latinoamericana de Derecho Penal Penitenciario.

SEGURANÇA PÚBLICA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



Diversas foram as alterações normativas na área e outras tantas se anunciam, realçando a exigência de atualização constante. Aliado a isso, as condutas ilícitas não mais se realizam conforme padrões já definidos, reclamando conhecimento específico aos operadores de direito, de modo a auxiliá-los no complexo processo de análise formal e material da infração penal. Em razão disso, a investigação criminal exige uma expertise além das disciplinas previstas nos currículos formais de graduação, reclamando a busca pela determinação ou não de um fato delituoso nas distinções e relações que a constituem.

DESTAQUES DO CURSO

Compreender e aplicar os conhecimentos sobre Segurança Pública e Investigação Criminal.

Revisitar as bases teóricas da Teoria do Delito para compreender sua evolução a fim de solucionar os atuais conflitos e riscos modernos.

Aprofundar o estudo sobre o fenômeno da criminalidade.

Reconhecer e utilizar os conhecimentos das metodologias aplicáveis à Inteligência e Investigação Criminal.

Reconhecer e discutir metodologias aplicáveis à análise dos meios comuns e especiais de obtenção de prova.

Analizar de forma minuciosa e casuística os diversos tipos penais de competência da jurisdição estadual e federal.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, delegados, promotores/procuradores da República, defensores públicos, servidores/assessores, juízes e desembargadores, entre outros.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Segurança Pública e Investigação Criminal tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direito Penal – Parte Geral	61h
02	Inteligência Policial	26h
03	Contrainteligência Policial	10h
04	Investigação Criminal	30h
05	Direito Premial (Acordos de Não Persecução, Delação e Colaboração Premiada)	41h
06	Crimes em Espécie	35h
07	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	20h
08	Direitos Humanos e Segurança Pública	16h

09	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	25h
10	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	25h
11	Investigação Defensiva de Pessoas Físicas e Jurídicas	24h
12	Criminalística	20h
13	Criminologia da Macrodelinquência	15h
14	Cooperação Policial e Cooperação Jurídica Internacional	10h
15	Psicologia Investigativa	15h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		373h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40h/a
TOTAL DO CURSO		413h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	<p>Introdução ao Direito Penal. Conceito, caracteres e função do Direito Penal. Princípios básicos do Direito Penal. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e Política Criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Dolo e culpa. <i>Iter criminis</i>. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Descriminantes putativas e culpa imprópria. Concurso de agentes: autoria e participação, conduta delituosa, resultado, relação de causalidade, imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.</p>

INTELIGÊNCIA POLICIAL	<p>ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: Cronologia da atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) no Brasil. A importância da informação e conhecimento no mundo: aspectos gerais, características. Conceito de ISP e de inteligência policial. Objetivo geral e específico. Finalidade e características. Princípios da ISP. Ramos da atividade de ISP. Diferenças entre Inteligência de Segurança Pública e Investigação Policial. Espécies de Inteligência de Segurança Pública. SISTEMAS. SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: Estrutura do sistema a nível nacional. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Organização da Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP). Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP). Subsistema. Canais. Classe de Agências de Inteligência. Estruturas das Agências de Inteligência. Recursos Humanos. Recursos Materiais. SISTEMAS ESTADUAIS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: Conceito e finalidade. Conselho de Inteligência. Agência central. Subsistemas. Agências parceiras. Estudo de caso. FUNDAMENTOS ÉTICOS E JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL: Limites legais das ações de inteligência. Controles. Aspectos éticos. Limites doutrinários e legais entre inteligência policial e investigação policial.</p>
CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL	<p>Definição de contrainteligência, os seus fundamentos e a sua abrangência. Ameaças para a atividade de inteligência. Alvos da atividade de inteligência. Medidas de contrainteligência. Ramos da segurança orgânica. Conceito de medidas ativas de contrainteligência. Definições e conceitos de contrainteligência. Preceitos fundamentais da segurança orgânica. Espionagem, sabotagem e terrorismo. Fenômenos naturais e acidentes. Atos de policiais e ex-policiais. Movimentos sociais/Manifestações. Os procedimentos de contrainteligência de segurança pública. Garantias à proteção do conhecimento. Definições de medidas de segurança ativa. Definições de medidas de segurança de assuntos internos.</p>
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	<p>Abordagens sobre investigação criminal: epistemológica, jurídica, política, administrativa, criminológica e criminalística. Investigação criminal como produto e como atividade. Investigação criminal e criminalidade organizada. Organização, método e prova. Investigação da criminalidade na modernidade. Técnicas especiais de investigação. Controle dos riscos. Investigação criminal complexa. Criminalidade em rede. Gestão da criminalidade complexa.</p>

DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)	<p>Conceito e origem do Direito Premial. Direito comparado. Acordos de não persecução criminal, delação e colaboração premiada (histórico, natureza jurídica, capacidade postulatória, requisitos, contrapartidas, direitos e deveres do colaborador, direitos e deveres de quem postula). Negociação. Teoria dos jogos. Princípios. Regras de corroboração. Parâmetros e alcance da negociação. Encontro fortuito de provas. Teoria do juiz aparente. Compartilhamento de elementos. Competência e prerrogativa de foro. Homologação judicial. Descumprimento do acordo e seus efeitos. Acordos de leniência. <i>Plea bargain</i>. Estudo de casos. Jurisprudência.</p>
CRIMES EM ESPÉCIE	<p>Crimes contra a Pessoa – Homicídio. Crimes contra a Pessoa – Participação em Suicídio ou Automutilação. Crimes contra a Pessoa – Art. 123 – Infanticídio. Crimes contra a Pessoa – Arts. 124 a 128 – Aborto. Crimes contra a Pessoa – Lesão Corporal. Crimes contra a Pessoa – Arts. 130 a 136 – Da periclitação da vida e da saúde. Crimes contra a Pessoa – Art. 137 – Da Rixa. Crimes contra a Pessoa – Crimes contra a honra. Crimes contra a Pessoa – Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade intelectual (Arts. 184-186, CP). Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da justiça. Lei n. 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular). Lei n. 4.737/1965 (Crimes eleitorais). Lei n. 7.492/1986 (Crimes contra o sistema financeiro nacional). Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei n. 8.078/1990 (Código de proteção e defesa do consumidor). Lei n. 8.137/1990 (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). Lei n. 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Lei n. 8.429/1992 (Enriquecimento ilícito). Lei n. 9.099/1995 (Juizados especiais criminais – estadual). Lei n. 9.503/1997 (Crimes de trânsito). Lei n. 9.605/1998 (Crimes contra o meio ambiente). Lei n. 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programa de computador). Lei n. 9.610/1998 (Direitos autorais). Lei n. 9.613/1998 (Lavagem de dinheiro). Lei n. 9.807/1999 (Proteção a vítimas e testemunhas). Lei n. 10.259/2001 (Juizados especiais criminais – federal). Lei n. 10.671/2003 (Estatuto do torcedor). Lei n. 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento). Lei n. 11.101/2005 (Crimes falimentares). Lei n. 11.105/2005 (Organismos geneticamente modificados).</p>

CRIMES EM ESPÉCIE	<p>Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Lei n. 11.343/2006 (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei n. 12.288/2010 (Igualdade racial). Lei n. 12.846/2013 (Responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas). Lei n. 12.850/2013 (Crime organizado). Lei n. 13.146/2015 (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei n. 13.260/2016 (Terrorismo). Lei n. 13.344/2016 (Lei de tráfico de pessoas). Lei n. 13.869/2019 (Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade). Lei n. 14.133/2021 – Código Penal (Nova Lei de Licitações).</p>
DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO	<p>Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.</p>
DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA	<p>Violência e Criminalidade. Segurança Pública, Ética e Cidadania. Políticas Públicas e Gestão em Segurança Pública.</p>
TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO	<p>Conceito, sentido e distinções de prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.</p>

MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA	<p>Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão Processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade <i>versus</i> direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecedores do 'status libertatis' no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e <i>habeas corpus</i> coletivo.</p>
INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	<p>Investigação defensiva no direito comparado. Contraditório e defesa no inquérito policial. Direito à prova e à investigação dos fatos. Eficiência e garantismo. Paridade das armas. Princípio da igualdade. Contraditório e ampla defesa. Indiciamento. <i>Compliance</i>.</p>
CRIMINALÍSTICA	<p>Criminalística: disciplina ou ciência? Assertivas técnicas. O método científico. Objetivo da ciência. O experimento. A hipótese. O argumento. Lógica dedutiva e indutiva. Aplicação dos conceitos na perícia criminal. Procedimentos e responsabilidades. Locais de crime. Elementos fundamentais para elaboração de laudo pericial.</p>

CRIMINOLOGIA DA MACRODELINQUÊNCIA	<p>Necessidade do Estudo da Criminologia. A Evolução do 'Crime' e da Punição. A Criminologia e a Escola Clássica. A Escola Positiva e o Paradigma Etiológico-Explicativo. Criminologia Contemporânea. As Tentativas de Explicação do Crime com Base no Determinismo. Anomia. Associação Diferencial. Cifra Oculta. Sutherland e a Criação do Conceito do Crime do Colarinho Branco. Importância de Sutherland para a Criminologia com a Mudança de Paradigma. Ecologia. Subcultura. Teoria das Vidraças Quebradas. Criminologia Marxista ou Crítica. O Problema de Ideologias Econômicas e Políticas fornecerem uma Explicação Total para o Crime. Interacionismo/Teoria do Etiquetamento ou do <i>Labelling Approach</i>. Os Movimentos contra o Imperialismo, o Racismo, o Sexismo e a Guerra. Críticas e Tendências. Os Estigmas como Metarregras: Mulher, Raça, Religião e Pobreza no Sistema Penal. Outros Estigmas. Comparações entre a Teoria dos Estigmas como Metarregras e a Teoria do Etiquetamento. A Polícia e os Riscos da Seleção de Pessoas com o Efeito das Metarregras-Estigmas. Aplicação dos Conceitos da Criminologia na Polícia Federal.</p>
COOPERAÇÃO POLICIAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	<p>O papel da Cooperação Jurídica Internacional. Autoridade central no exercício da Cooperação Jurídica Internacional. A Cooperação Jurídica Internacional e o Superior Tribunal de Justiça. A importância da Cooperação Jurídica Internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. Cooperação Jurídica Internacional. Assistência Jurídica Internacional Gratuita. Cooperação Policial e auxílio direto. Interpol. Tratados e Convenções.</p>
PSICOLOGIA INVESTIGATIVA	<p>Psicologia e comportamento criminal. Características psicológicas importantes para a investigação. Psicologia jurídica: psicologia forense, psicologia criminal. Psicologia penitenciária, psicologia investigativa. Psicologia investigativa: definição, conceitos, objetivos. Psicologia investigativa: analisando a cena do crime e o perfil dos criminosos. A psicologia investigativa traçando o perfil criminal. Ladrões, arrombadores, pedófilos, estupradores, assassinos. <i>Criminal profiling</i>: mito ou realidade, arte ou ciência. <i>Criminal profiling</i>: definição, conceitos, objetivos. Teoria e tipologia do FBI. Geografia do crime.</p>

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Investigação Criminal é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Investigação Criminal é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Investigação Criminal é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos 
passos de muitos
futuros

gran.com.br



G